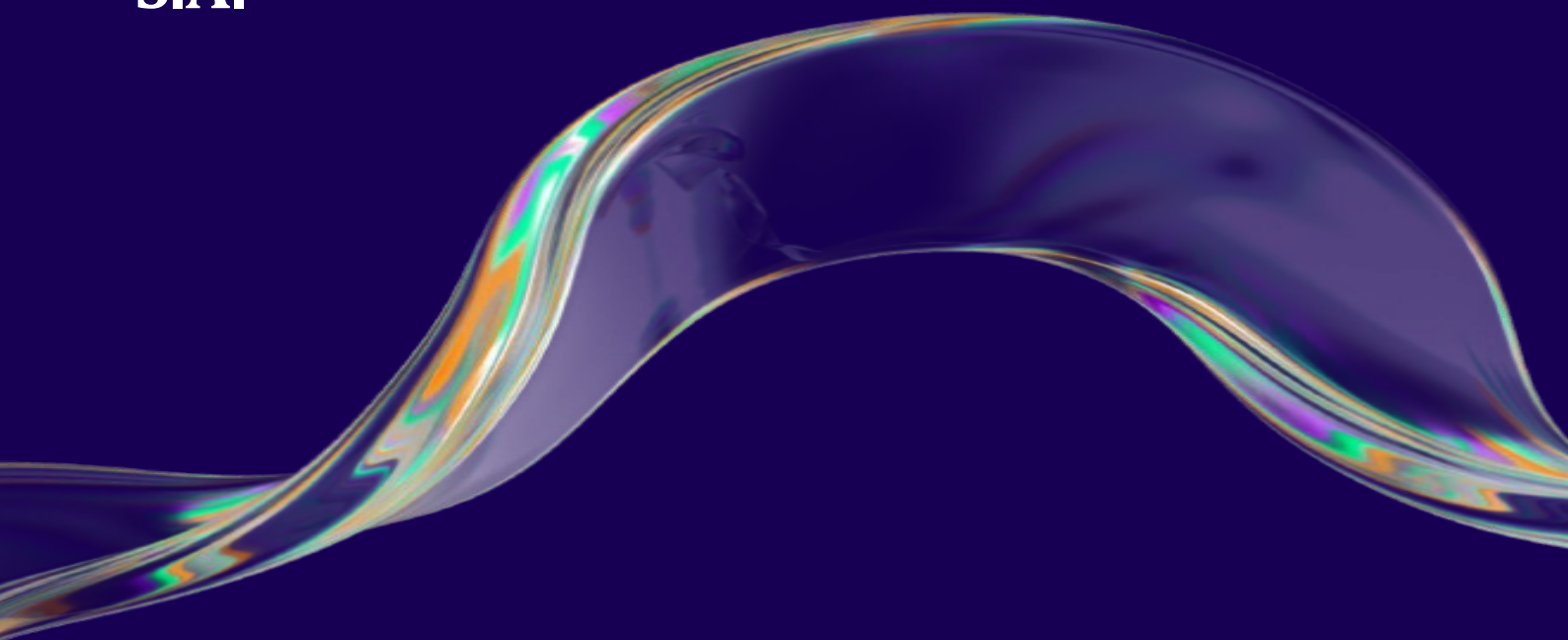


**Ventos de Santo Augusto
VII Energias Renováveis
S.A.**



**Demonstrações financeiras em 31 de
dezembro de 2024 e relatório dos
auditores independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ventos de Santo Augusto VII
Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não



Ventos de Santo Augusto VII
Energias Renováveis S.A.

ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Ventos de Santo Augusto VII
Energias Renováveis S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2

Índice

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balço patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	8
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	9
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	9
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	10
5	Receita	11
6	Custos e despesas	12
7	Resultado financeiro líquido	12
8	Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva.....	12
9	Contas a receber de clientes	13
10	Imobilizado	14
11	Financiamentos	17
12	Provisão de ressarcimento	18
13	Provisões para litígios	19
14	Obrigações com desmobilização de ativos.....	20
15	Partes relacionadas	20
16	Imposto de renda e contribuição social	21
17	Patrimônio líquido	22
18	Instrumentos financeiros e gestão de risco.....	22
19	Seguros.....	27

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Receita líquida	5	14.101	16.733
Custo com energia elétrica	6	(1.815)	(1.502)
Custo com operação	6	(7.067)	(7.224)
Lucro bruto		5.219	8.007
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	6	(789)	(107)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	-	82
		(789)	(25)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		4.430	7.982
Resultado financeiro líquido	7		
Receitas financeiras		3.047	3.255
Despesas financeiras		(5.404)	(5.649)
		(2.357)	(2.394)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.073	5.588
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	16	(1.490)	(1.611)
Lucro líquido do exercício		583	3.977

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	583	3.977
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	583	3.977

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.073	5.588
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Juros e variações monetárias de financiamentos	11 (c)	3.955	4.285
Depreciação e amortização	6	3.847	3.845
Baixa de imobilizado		-	115
Provisão (reversão) de ressarcimento	12 (c)	2.556	(895)
Atualização monetária sobre ressarcimento	12 (c)	521	565
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	287	287
Rendimento sobre fundo de liquidez - conta reserva		(350)	(400)
Ajuste a valor presente de desmobilização de ativos	14	291	264
		<u>13.180</u>	<u>13.654</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		(373)	192
Tributos a recuperar		41	(39)
Demais créditos e outros ativos		307	(243)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		348	(505)
Tributos a recolher		(490)	(421)
Reversão de ressarcimento	12 (c)	(1.569)	(806)
Partes relacionadas		659	37
Demais obrigações e outros passivos		(12)	(176)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		<u>12.091</u>	<u>11.693</u>
Juros pagos sobre financiamentos	11 (c)	(3.622)	(3.846)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.030)	(2.725)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		<u>7.439</u>	<u>5.122</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Resgate (aplicação) sobre conta reserva		(1.106)	223
Aquisição de imobilizado		-	(567)
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(1.106)</u>	<u>(344)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação de financiamentos	11 (c)	(3.246)	(2.983)
Redução de capital	1.1.1 (a)	(1.971)	(838)
Dividendos pagos	1.1.1 (b)	(945)	(91)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(6.162)</u>	<u>(3.912)</u>
Acrécimo em caixa e equivalentes de caixa		<u>171</u>	<u>866</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>24.365</u>	<u>23.499</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>24.536</u>	<u>24.365</u>

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Balanco patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	24.536	24.365
Fundo de liquidez - conta reserva	8	600	402
Contas a receber de clientes	9	1.914	1.541
Tributos a recuperar		-	41
Outros ativos		126	433
		<u>27.176</u>	<u>26.782</u>
Não circulante			
Fundo de liquidez - conta reserva	8	4.527	3.269
		<u>4.527</u>	<u>3.269</u>
Imobilizado			
Intangível	10	62.502	65.976
		-	3
		<u>62.502</u>	<u>65.979</u>
Total do ativo		<u>94.205</u>	<u>96.030</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Financiamentos	11	3.358	3.110
Fornecedores		816	98
Tributos a recolher		205	235
Partes relacionadas	15	712	53
Provisão de ressarcimento	12	11.112	12.208
Dividendos a pagar	15	138	945
Outros passivos		19	31
		<u>16.360</u>	<u>16.680</u>
Não circulante			
Financiamentos	11	35.548	38.422
Tributos a recolher		136	136
Provisão de ressarcimento	12	2.768	164
Obrigações com desmobilização de ativos	14	3.141	2.850
		<u>41.593</u>	<u>41.572</u>
Total do passivo		<u>57.953</u>	<u>58.252</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	17	32.483	34.454
Reservas de lucros		3.769	3.324
Total do patrimônio líquido		<u>36.252</u>	<u>37.778</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>94.205</u>	<u>96.030</u>

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros				Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Retenção	Lucros acumulados	
Em 1º de janeiro de 2023		35.292	19	273	-	35.584
Lucro líquido do exercício		-	-	-	3.977	3.977
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	3.977	3.977
Redução de capital		(838)	-	-	-	(838)
Constituição de reserva legal		-	199	-	(199)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(945)	(945)
Retenção de lucro		-	-	2.833	(2.833)	-
Destinação do resultado do exercício		(838)	199	2.833	(3.977)	(1.783)
Em 31 de dezembro de 2023		34.454	218	3.106	-	37.778
Lucro líquido do exercício		-	-	-	583	583
Total resultado abrangente do exercício		-	-	-	583	583
Redução de capital	1.1.1(a)	(1.971)	-	-	-	(1.971)
Constituição de reserva legal	17 (c)	-	29	-	(29)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	(138)	(138)
Retenção de lucro	17 (c)	-	-	416	(416)	-
Destinação do resultado do exercício		(1.971)	29	416	(583)	(2.109)
Em 31 de dezembro de 2024		32.483	247	3.522	-	36.252

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), com sede em Fortaleza, estado do Ceará, tem como objetivo a geração e comercialização da energia produzida pela central geradora eólica denominada EOL Ventos de Santo Augusto VII, bem como sua exploração e manutenção. A Companhia é produtora independente de energia elétrica, no estado do Piauí, pelo prazo de 35 anos contados a partir de agosto de 2014.

A Companhia é controlada direta da holding Ventos de Santo Estevão Holding S.A. ("Estevão Holding") e indireta da Auren Energia S.A. ("Auren").

A Companhia possui outorga de geração de energia, na cidade de Simões, estado do Piauí, através da Portaria MME nº 427/2014, emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Possui capacidade instalada de 18,4 MW e compõe o complexo eólico Ventos do Araripe III.

As atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A energia produzida é vendida, em sua maioria, por meio de contratos de longo prazo no ambiente de contratação regulado, obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

ACR – Ambiente de Contratação Regulada;

- ACL – Ambiente de Contratação Livre;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- LEN – Leilão de Energia de Nova.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Redução de capital

Em 13 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 481, passando o capital social de R\$ 34.454 (dividido em 34.454.506 ações ordinárias) para R\$ 33.973 (dividido em 33.973.835 ações ordinárias).

Em 07 de março de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 1.000, passando o capital social de R\$ 33.973 (dividido em 33.973.835 ações ordinárias) para R\$ 32.973 (dividido em 32.973.835 ações ordinárias).

Em 12 de julho de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução de capital social, no montante de R\$ 490, passando o capital social de R\$ 32.973 (dividido em 35.973.835 ações ordinárias) para R\$ 32.483 (dividido em 32.483.372 ações ordinárias).

(b) Dividendos pagos e deliberados

Em 24 de junho de 2024, a Companhia pagou dividendos para sua controladora Ventos de Santo Estevão Holding, no montante de R\$ 945, referente aos dividendos deliberados de exercícios anteriores.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2024, o que inclui os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB")), (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, que foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(c) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 12 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$").

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia em 2024

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Novas normas emitidas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente.

A Companhia ainda não concluiu a avaliação dos impactos dessas novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, mas as empresas podem aplicá-lo antes, sujeito à autorização dos reguladores relevantes. A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido normativo.

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras / IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, e as empresas podem aplicá-lo antes. A Companhia está avaliando a aplicação e a elegibilidade para as divulgações anuais.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos; portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
9	Contas a receber
10	Imobilizado
12	Provisão de ressarcimento
14	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo. A Companhia segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Leilão de Energia: representados por venda de energia proveniente da geração dos parques eólicos, no âmbito de contratação por disponibilidade no mercado regulado, conforme participação em leilões de energia nova (“LEN”).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	2024	2023
Receita bruta			
Venda de energia			
Leilão de Energia Nova (LEN)		15.929	15.494
Provisão de ressarcimento	12(c)	(2.556)	895
Partes relacionadas	15	384	244
Energia de curto prazo - CCEE		635	451
		<u>14.392</u>	<u>17.084</u>
Outras receitas			
Venda crédito de carbono - partes relacionadas	15	322	361
		<u>14.714</u>	<u>17.445</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(537)	(637)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE		(76)	(75)
		<u>(613)</u>	<u>(712)</u>
Receita líquida		<u>14.101</u>	<u>16.733</u>

6 Custos e despesas

					2024	2023
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Total	Total
Energia comprada	(911)	-	-	-	(911)	(644)
Encargos de uso da rede elétrica	(904)	-	-	-	(904)	(858)
Depreciação e amortização	-	(3.847)	-	-	(3.847)	(3.845)
Pessoal	-	(32)	(687)	-	(719)	-
Pessoal	-	(32)	(687)	-	(719)	-
Materiais	-	(4)	(1)	-	(5)	(5)
Materiais	-	(4)	(1)	-	(5)	(5)
Serviços	-	(2.719)	(99)	-	(2.818)	(2.904)
Serviços de operação e manutenção O&M	-	(2.356)	-	-	(2.356)	(2.428)
Serviços de terceiros	-	(204)	(99)	-	(303)	(293)
Serviços de manutenção	-	(159)	-	-	(159)	(183)
Outros	-	(465)	(2)	-	(467)	(495)
Aluguéis e arrendamentos	-	(223)	(2)	-	(225)	(232)
Seguros	-	(226)	-	-	(226)	(283)
Impostos, taxas e contribuições	-	(16)	-	-	(16)	(28)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	-	-	-	48
	(1.815)	(7.067)	(789)	-	(9.671)	(8.751)

(i) As variações referem-se, principalmente, a rateios de despesas de mão de obra.

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre equivalentes de caixa e conta reserva		2.710	3.209
Juros sobre ativos financeiros		3	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	12 (c)	334	46
		3.047	3.255
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	11 (c)	(3.600)	(3.834)
Atualização monetária sobre financiamentos	11 (c)	(355)	(451)
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	12 (c)	(855)	(611)
Apropriação dos custos de captações	11 (c)	(287)	(287)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	14	(291)	(264)
Outras despesas financeiras		(16)	(202)
		(5.404)	(5.649)
		(2.357)	(2.394)

8 Caixa e equivalentes de caixa e Fundo de Liquidez - conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2024, os equivalentes de caixa e fundo de liquidez – conta reserva possuem taxa de remuneração entre 91,84 e 95,12% do CDI (97,77% e 102,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024	2023
Caixa		
Caixa e bancos	966	1.270
	966	1.270
Equivalentes de caixa		
Quotas de fundos de investimentos (i)	23.570	22.361
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	-	734
	23.570	23.095
Caixa e equivalentes de caixa	24.536	24.365
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)		
Circulante	600	402
Não circulante	4.527	3.269
	5.127	3.671
	29.663	28.036

(i) As quotas de fundo de investimento referem-se, exclusivamente, ao Fundo Aquilae. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

(ii) Os contratos de financiamento da Companhia exigem a manutenção do fundo de liquidez em conta reserva como garantia, correspondente a 3 (três) vezes o valor da prestação do serviço da dívida e 3 (três) vezes o valor da prestação dos serviços de operação e manutenção, que deverão permanecer compostas durante toda a vigência dos contratos de financiamentos.

8.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e do fundo de liquidez – conta reserva:

	2024	2023
AAA	29.659	28.032
AA	-	4
AA+	4	-
	29.663	28.036

Os ratings decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2024	2023
Leilão de Energia Nova (LEN)	1.848	1.418
Partes relacionadas (Nota 15)	16	-
Energia de curto prazo - CCEE	50	123
	<u>1.914</u>	<u>1.541</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	2024	2023
A vencer	1.864	1.418
Vencidos até 3 meses	50	123
	<u>1.914</u>	<u>1.541</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

10 Imobilizado**Política contábil**

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização.

As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 14 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.
Notas explicativas
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação

	Aerogeradores	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Custo de Servidão	Obras em andamento	2024	2023
Saldo no início do exercício									
Custo	83.232	6.652	126	1.214	-	232	893	92.349	91.388
Depreciação acumulada	(24.418)	(1.468)	(29)	(396)	-	(62)	-	(26.373)	(22.533)
Saldo líquido no início do exercício	58.814	5.184	97	818	-	170	893	65.976	68.855
Adições	-	-	-	-	-	-	370	370	1.076
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(115)
Depreciação	(3.577)	(219)	(4)	(29)	(9)	(6)	-	(3.844)	(3.840)
Transferências	-	-	-	-	574	-	(574)	-	-
Saldo no final do exercício	55.237	4.965	93	789	565	164	689	62.502	65.976
Custo	83.232	6.652	126	1.214	574	232	689	92.719	92.349
Depreciação acumulada	(27.995)	(1.687)	(33)	(425)	(9)	(68)	-	(30.217)	(26.373)
Saldo líquido no final do exercício	55.237	4.965	93	789	565	164	689	62.502	65.976
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	5	3	3	6	3			

11 Financiamentos

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

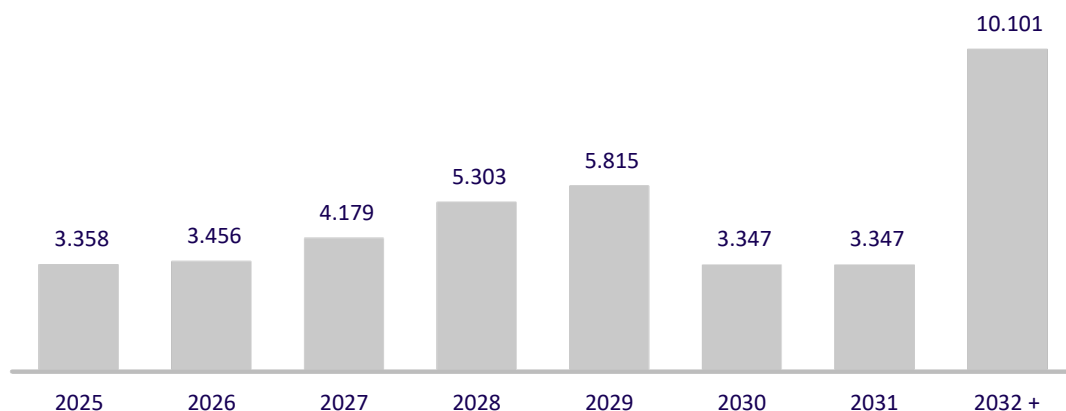
(a) Composição

		Circulante				Não circulante			2024	
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,75%	3.503	(287)	142	3.358	37.167	(1.619)	35.548	38.906	31.179
		<u>3.503</u>	<u>(287)</u>	<u>142</u>	<u>3.358</u>	<u>37.167</u>	<u>(1.619)</u>	<u>35.548</u>	<u>38.906</u>	<u>31.179</u>

		Circulante				Não circulante			2023	
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Total	Valor justo
BNDES	TJLP+2,80%	3.234	(287)	163	3.110	40.328	(1.906)	38.422	41.532	39.514
		<u>3.234</u>	<u>(287)</u>	<u>163</u>	<u>3.110</u>	<u>40.328</u>	<u>(1.906)</u>	<u>38.422</u>	<u>41.532</u>	<u>39.514</u>

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

(b) Perfil de vencimento



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	41.532	43.789
Provisões de juros	3.600	3.834
Atualização monetária	355	451
Apropriações dos custos de captações	287	287
Juros pagos	(3.622)	(3.846)
Liquidações	(3.246)	(2.983)
Saldo no final do exercício	<u>38.906</u>	<u>41.532</u>

(d) Garantias

Modalidade	Garantias
BNDES e Repasse	Garantia Votorantim S.A.(i) e Ventos de Santo Estevão Holding S.A. Contas reservas; Penhor dos ativos e ações; Cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações.

(e) Condições restritivas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2024, as condições contratuais foram cumpridas.

12 Provisão de ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia - ACR”. A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo período, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros ocorrem em 12 parcelas mensais. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de Energia Nova (LEN): Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais, a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

(c) Composição e movimentação

			2024	2023
	Anual	Quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício	8.082	4.290	12.372	13.508
Provisão (Reversão) (i)	329	2.227	2.556	(895)
Pagamentos (i)	(1.569)	-	(1.569)	(806)
Atualização monetária	320	201	521	565
Saldo no final do exercício	7.162	6.718	13.880	12.372
Circulante	6.785	4.327	11.112	12.208
Não Circulante	377	2.391	2.768	164
	7.162	6.718	13.880	12.372

(i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos antes de outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, período denominado “provisório” do *constrained-off*.

Os pagamentos dos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 devido à falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos do período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo”. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos para os eventos ocorridos a partir de outubro de 2021.

13 Provisões para litígios

Política contábil

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui apenas processos de natureza tributária com prognóstico de perda possível, no montante atualizado de R\$ 80 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2023).

14 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades do parque eólico. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pela Companhia.

(a) Composição e movimentação das provisões

	Desmobilização de ativos	(-) Ajuste a valor presente	2024	2023
Saldo no início do exercício	41.614	(38.764)	2.850	2.586
Ajuste a valor presente (Nota 7)	-	291	291	264
Saldo no final do exercício	41.614	(38.473)	3.141	2.850
Não circulante	41.614	(38.473)	3.141	2.850
	41.614	(38.473)	3.141	2.850

15 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

A Companhia não possui despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração, pois pertencem a controladora indireta Auren.

	Ativo		Passivo		Vendas		Compras	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 5) - Vendas								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	16	-	-	-	706	605	-	-
	16	-	-	-	706	605	-	-
Fornecedores - compras								
Votorantim S.A.	-	-	8	14	-	-	(100)	(85)
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	39	-	-	7	(523)
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	13	-	-	-	(166)	(152)
	-	-	21	53	-	-	(259)	(760)
Repasso de custos partes relacionadas (i)								
CESP Companhia Energética de São Paulo	-	-	117	-	-	-	(117)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	86	-	-	-	(86)	-
Auren Energia S.A.	-	-	509	-	-	-	(509)	-
	-	-	712	-	-	-	(712)	-
Dividendos a pagar								
Ventos de Santo Estevão Holding S.A.	-	-	138	945	-	-	-	-
	-	-	138	945	-	-	-	-
	16	-	871	998	706	605	(971)	(760)

(i) Refere-se, principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia.

16 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

A Companhia está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia recolheu os respectivos tributos com base no lucro presumido e auferiu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa de imposto de renda e contribuição social o montante de R\$ 1.490 (R\$ 1.611 em 31 de dezembro de 2023).

(a) Reconciliação

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício de doze meses findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2024					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta tributável	14.392	14.392	322	322	3.047	3.047
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	1.151	1.727	103	103	3.047	3.047
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	264	155	26	9	762	274

	2023					
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas de Venda (Crédito de Carbono)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Bruta tributável	17.084	17.084	361	361	3.145	3.145
% de Presunção da Base	8%	12%	32%	32%		
Base de cálculo Presumida	1.367	2.050	116	116	3.145	3.145
Alíquota Nominal dos Tributos Adicional IRPJ	15%	9%	15%	9%	15%	9%
	10%		10%		10%	
IRPJ e CSLL no resultado	318	185	29	10	786	283

A diferença entre receitas financeiras com a nota 7 refere-se à provisão de atualização monetária sobre ressarcimento.

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 32.483 (R\$ 34.454 em 31 de dezembro de 2023), composto por 32.483.372 (34.454.506 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias e sem valor nominal.

(b) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	583	3.977
Reserva legal - 5%	(29)	(199)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	554	3.778
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	(138)	(945)
(=) Saldo de lucros acumulados	416	2.833
(-) Retenção de lucros	(416)	(2.833)
(=) Saldo	-	-

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 138 (R\$ 945 em 31 de dezembro de 2023), reconhecido em dividendos a pagar.

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

18.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	2024	2023
Ativos			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 9)	1	1.914	1.541
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa (i)	1	23.570	23.095
Fundo de liquidez - Conta reserva	1	5.127	3.671
		<u>28.697</u>	<u>26.766</u>
		<u>30.611</u>	<u>28.307</u>
Passivos			
Ao custo amortizado			
Financiamentos (ii) (Nota 11)	2	38.906	41.532
Fornecedores	1	816	98
Partes relacionadas (Nota 15)	1	712	53
		<u>40.434</u>	<u>41.683</u>

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 11 (a)

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

18.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia, seguem a Política de Gestão de Riscos da controladora indireta Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	6.531	13.294	15.053	20.337	55.215
Fornecedores	816	-	-	-	816
Partes relacionadas	712	-	-	-	712
	8.059	13.294	15.053	20.337	56.743
Em 31 de dezembro de 2023					
Financiamentos (i)	6.560	6.474	20.634	24.172	57.840
Fornecedores	98	-	-	-	98
Partes relacionadas	53	-	-	-	53
	6.711	6.474	20.634	24.172	57.991

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(f) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais e financiamentos. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

18.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

O principal fator de risco que impacta a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, fundo de liquidez – conta reserva e dos financiamentos é a exposição à flutuação das taxas de juros. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2024, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2025;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2024	Impactos no resultado				
					Cenário I	Cenários II & III			
					Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 12,15%	Equivalentes de caixa e conta reserva	28.697	BRLmil	151bps*	432	(872)	(1.743)	872	1.743
TJLP 7,97%	Financiamentos(i)	40.812	BRLmil	54bps*	(220)	813	1.626	(813)	(1.626)

(i) Valores não contemplam custos de captação.

* basis points

19 Seguros

A Companhia mantém em vigor apólices de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até setembro/2025

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 208 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 281 em 31 de dezembro de 2023).